

## ■ DOSSIÊ - RELATOS DE EXPERIÊNCIA

### ■ A importância da formação continuada como fomento às ações pedagógicas voltadas ao tema do trânsito e da mobilidade urbana

 Ellen Michelle Barbosa de Moura \*

**Resumo:** Este relato de experiência tem como objetivo publicizar intervenções pedagógicas realizadas junto aos estudantes da educação básica do Distrito Federal a partir de formação continuada oferecida pelo Departamento de Trânsito (Detran), oportunizado por meio de parceria com a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape) acerca do trânsito e mobilidade como cultura da paz, no âmbito do Programa Detran nas Escolas. Para isso, faz-se um texto de caráter descritivo-narrativo com exposição sobre o curso, relacionando-o aos direitos humanos e cidadania, e com um relato das aprendizagens e intervenções pedagógicas feitas junto aos discentes. Conclui-se que a formação continuada é uma ferramenta essencial para fomentar ações pedagógicas diferenciadas, baseadas na discussão teórico-prática que proporciona intervenção intencional e ampliação do conhecimento dos professores sobre uma temática relevante e diretamente relacionada aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Trânsito. Mobilidade. Direitos Humanos. Cidadania. EAPE. Detran.

---

\* Ellen Michelle Barbosa de Moura é graduada em Pedagogia UEMG (2002), pós-graduada em Psicopedagogia pela UNESA (2005) e em Gestão Escolar pela UNEB (2013), e mestre em Educação pela UFF(2007). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: ellenmou@gmail.com.

## Para início de conversa

A temática do trânsito e da mobilidade é de extrema importância como tema transversal na educação básica, pois a ampliação de conhecimentos sobre a mobilidade, que é vivida por todos no dia a dia, pressupõe possibilidades de criação ou mudanças de comportamentos relativos ao trânsito e ao transitar pelos espaços, sejam eles urbanos ou rurais. Outra discussão indispensável é a disseminação em relação à cultura da paz na sociedade, como aporte à educação para os direitos humanos.

Diante do exposto, faz-se essencial um trabalho de intervenção pedagógica em escolas que atendem ao público da educação básica em relação à temática. O curso do Detran auxilia sobremaneira ao possibilitar aumento dos conhecimentos dos docentes sobre a temática, promover discussão teórico-prática baseada em dados estatísticos, e acesso a material diversificado e de qualidade, tanto para a leitura, quanto para a intervenção junto aos estudantes.

Destarte, as experiências em sala de aula com os discentes versaram sobre: debate sobre como eles vivem a mobilidade no cotidiano, através de recursos variados, como vídeos, desenhos, representação via teatros; vivência de jogos disponibilizados pelo Detran, que possibilitaram discussões sobre faixa de pedestres, uso de cadeirinha, respeito ao outro, respeito à vida, sinalização, entre outros; ampliação das discussões sobre a cultura da paz na escola e nas casas das crianças, com mudança - ou criação - de hábitos baseados no respeito às leis de trânsito e às pessoas na perspectiva da educação para os direitos humanos.

## Caminhos trilhados

Discorrer sobre as experiências no curso Trânsito e Mobilidade - como se deu a inserção do tema no trabalho pedagógico - e relatar como a educação para o trânsito mudou o comportamento dos estudantes é um desafio interessante e que proporciona reflexões e a certeza de que a formação continuada é uma ação fundamental para o trabalho do professor. Segundo Hoffmann e Filho (2003, p. 105).

(...) os estudos realizados no campo da educação para o trânsito confirmam a necessidade de incluir esse tema dentro do currículo integral, envolvendo os conhecimentos da vida social por parte do aluno, a criação e prática de hábitos, atitudes e comportamentos coerentes.

O curso Mobilidade e Trânsito do Programa Detran nas escolas<sup>1</sup> é disponibilizado através de parceria com a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) na modalidade à distância. Durante o curso, faz-se a formação via plataforma on-line<sup>2</sup> e, além da parte na modalidade à distância, tem-se três encontros presenciais. O objetivo é o alcance de um trânsito cada vez mais seguro nas cidades via formação docente e ampliação dessa formação para os discentes e consequentemente suas famílias.

Para ter acesso a essa formação, os docentes devem fazer a inscrição no site da Eape, esperar a confirmação da mesma e cursar durante um semestre. A proposta da mesma é coadunar

teoria e prática sobre a temática. Ela é realizada nos horários de coordenação pedagógica e nos horários de regência, por meio de intervenção pedagógica, proposta na plataforma, e realizada pelos docentes nas salas de aula, com as devidas adaptações. O que ancora as ações dos docentes são textos, vídeos e jogos disponibilizados na plataforma, fóruns de discussão e troca de experiências entre os cursistas, bem como os encontros presenciais para compilação das discussões da unidade temática e apresentação da próxima, além das experiências e vivências culturais de cada professor participante. Para isso, cada turma tem um tutor que organiza, instiga e motiva a participação e ação docente.

Na descrição do Programa Detran nas escolas, eles afirmam que "(...) é preciso capacitar em Educação para o Trânsito os profissionais de magistério que atuam nas escolas, de maneira a viabilizar as ações educativas de trânsito nas unidades de ensino. E também disponibilizar aos estudantes materiais didáticos adequados para efetiva execução dos projetos educativos para o trânsito", pois, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a previsão é que até 2020 aconteçam mais de um milhão de mortes por acidentes de trânsito. Ou seja, essa temática é urgente para garantir o direito à vida, algo fundamental aos direitos humanos.

Nesse caminho, Moreira e Manrique (2014) defendem a necessidade de que o docente reconheça a interação social como patrimônio humano, que necessita ser desenvolvida de modo intencional. Ou seja, um dos propósitos da educação para os direitos humanos é ampliar os conhecimentos sobre os direitos e causar mudanças nas práticas educativas de modo a incluir discussões sobre a dignidade humana e sujeitos produtores de histórias (VIEIRA; MOREIRA, 2018). Por isso, introduzir o tema mobilidade no trânsito - na perspectiva da cultura da paz e entendendo as crianças como sujeitos de direitos - possibilita a efetivação de mudanças de ação e concepção.

O curso é dividido em unidades e em cada parte o docente tem material de estudo específico. Como desafio, deve realizar intervenção sobre a temática com os estudantes. Para isso o Detran disponibiliza materiais diversos e de qualidade, tais como caixas que contêm quebra-cabeça com a imagem do ciclista, quebra-cabeça com a imagem do pedestre, jogo do alinhavo, jogo do lince, jogo da memória. Esse material e os demais possibilitam a intervenção através de jogos e brincadeiras, permitindo um trabalho lúdico, vivenciado de maneira alegre e significativa. O trabalho final do curso é uma proposta de inserção da temática na Proposta Político-Pedagógica da escola, a fim de garantir a continuidade das intervenções.

Na unidade um, os textos disponibilizados versam sobre o direito humano à locomoção, e os vídeos, sobre o trânsito e como prevenir acidentes - como o vídeo: Criança, sujeito de direitos - prioridade absoluta. Nela também são apresentadas e abordadas as Diretrizes nacionais para a Educação no trânsito. Esse material faz refletir sobre a questão dos direitos humanos. Toma-se como conceito fundamental que o trânsito é direito de todas as pessoas, e que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público (ALVES; JUNIOR, 2009).

A unidade dois foca na discussão sobre importância dos jogos e brincadeiras na educação para o trânsito. Nessa unidade

temos o vídeo: A Importância do Brincar. Na unidade três, o assunto é Trânsito e Transitar: Diferentes Percepções e Realidades. Nela a abordagem volta-se mais para a rotina e o dia a dia das crianças, enfatizando os princípios éticos, políticos e estéticos, com ênfase nas interações e atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras.

Toda a fundamentação teórica proposta é baseada nos documentos nacionais acerca do trânsito e no Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF, bem como as Diretrizes Nacionais. O caráter interdisciplinar é constantemente enfatizado. Desse modo, as intervenções devem ser interdisciplinares e pautadas em aprendizagens significativas.

### A intervenção com os estudantes

O trabalho de intervenção com os estudantes acerca da temática mobilidade no trânsito na perspectiva da cultura da paz foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2019, de maneira interdisciplinar e dialógica. As ações foram contínuas, diversificadas e tiveram como objetivo principal a ampliação do conhecimento dos estudantes acerca da mobilidade, e os direitos e deveres inerentes ao trânsito, bem como o respeito ao próximo e a si mesmo. Por questões de organização, enfatizaremos duas intervenções pontuais.

A primeira intervenção aconteceu através de uma situação dialógica em que as crianças trocaram experiências acerca da vivência da mobilidade do caminho da casa delas até a escola e as diversas ações relacionadas aos direitos humanos propostas nessas ações.

Para fomentar a curiosidade e o aumento de conhecimento, usamos como estratégia o jogo das placas com alinhavo, que auxiliou a proporcionar discussão sobre segurança no trânsito, capacidade de decisão, concentração, respeito ao próximo, desenvolvimento da coordenação motora fina, entre outros. As crianças demonstraram vários conhecimentos já construídos e aconteceram muitas trocas entre os pares, como defende Vigotski (1995), o professor - no papel de mediador do desenvolvimento infantil - deve estar atento ao desenvolvimento dos estudantes, pois o mesmo não acontece de forma linear e sim através de saltos qualitativos. Nas palavras de Leontiev, os professores que desejam ter êxito no seu trabalho educativo e de ensino devem observar como ocorre o desenvolvimento da criança (LONGAREZI, A. M.; PUENTES, 2013). Importante destacar que, para Vigotski, existe a importância do biológico no desenvolvimento humano, mas o que impulsiona esse desenvolvimento é o processo de assimilação dos sistemas de signos, pois, assim, as funções psíquicas biológicas transformam-se em novas funções (PRESTES, 2010). Dito isto, tem-se que a intervenção foi pensada levando em consideração as individualidades e as vivências culturais das crianças.

As crianças contaram como fazem para chegar à escola e cada uma relatou, à sua maneira, como era o trajeto, trazendo nesse relato vivências diversificadas e exemplos de cuidado consigo e com o outro, bem como situações de descaso e perigo em relação à vida humana. No que tange ao jogo, as crianças já conheciam muitas placas ou disseram sobre os possíveis significados a partir de tentativas. Foi interessante

Figura 1. Atividade de intervenção 1



Fonte: Arquivo pessoal

ouvi-las explicando as placas que já conheciam e novamente contaram experiências no trânsito e de mobilidade. Diante de falas, problematizações e uso de material com placas de trânsito de alinhavo aconteceu a construção de conhecimento científico inerente ao espaço escolar na perspectiva dos direitos humanos e da educação para todos. Pois, as intervenções foram diversificadas considerando as possibilidades de aprendizagem de todos os estudantes, inclusive os com necessidades educacionais específicas (NEE), visto que a turma em questão é inclusiva e tem uma estudante que merece respeito e atenção diferenciada, assim como os demais.

Após momento discursivo em roda, cada estudante foi desafiado a alinhavar a placa de trânsito e trocar com os pares os conhecimentos sobre ela ou tentar entender a partir da imagem sobre o que a sinalização significava (Figura 1).

A segunda intervenção coadunou objetivos de educação para os direitos humanos, letramento e educação para o trânsito. O elemento propulsor foi o jogo do lince, com exploração de diversas discussões e desenvolvimento das funções psicológicas superiores (atenção, percepção, memória, linguagem, raciocínio). Através do jogo aconteceu a mediação de atividades em que as crianças tiveram vivências culturais baseadas nas trocas e nos conhecimentos sobre o trânsito e mobilidade, acumulados até então, e as experiências são muitas e variadas. Oportunizamos desafios por meio do jogo de atenção e memória, além de situações discursivas em que os estudantes precisavam organizar o discurso para se fazer entender, desenvolvendo, assim, o raciocínio. Toda a vivência cultural em relação à mobilidade apareceu durante o jogo e muitas foram as conclusões das crianças sobre a temática e a importância de valorizar os conhecimentos dos amigos e a ampliação dos mesmos proporcionadas pela escola. Outro aspecto importante é que as crianças trouxeram relatos sobre suas famílias e atitudes dos responsáveis no trânsito, sejam como pedestres ou condutores de veículos, e de como elas estavam alertando as famílias sobre a necessidade de mudanças de atitudes ou manutenção de outras. Muitos relataram que antes das nossas discussões não usavam cadeirinha ou cinto de segurança e que, muitas vezes, os condutores do veículo desrespeitavam a faixa de pedestre, mas que agora eles falam sobre esses fatores. Na Figura 2, podemos ver crianças em situação de jogo com

Figura 2. Atividade de intervenção 2



Fonte: Arquivo pessoal

foco no desenvolvimento das funções psicológicas superiores e Educação para o trânsito. Jogando e dialogando, com mediação da docente.

As duas intervenções foram baseadas na abordagem histórico-cultural, defendida pelo Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2018), o qual considera que a internalização dos conhecimentos parte das relações interpessoais e são gradativamente construídos e transformados em um processo subjetivo e na direção da educação para os direitos humanos, que defende o respeito à diversidade e pluralidade de seres e saberes.

### Considerações finais

Enfim, ter formação e material de qualidade, que favorecem um trabalho pedagógico diferenciado e baseado em premissas

freirianias - quando o autor defende que a leitura de mundo precede à leitura da palavra (FREIRE, 1996) -, permite que o trabalho sobre a temática - trânsito e mobilidade - aos docentes contribua para as questões referentes ao exercício da cidadania e direitos humanos. Porquanto, as intervenções educacionais precisam estar pautadas no direito de todos em aprender.

Consentaneamente, dentro da escola, as relações devem estar pautadas no respeito ao próximo, de forma a valorizar atitudes de amizade, de harmonia, de integração das pessoas, de educação para o trânsito e no entendimento da educação para os direitos humanos. Nesse sentido, Silveira (2014) afirma que a educação em e para os direitos humanos deve ser pauta do cotidiano escolar, com o intuito de garantir inclusão de modo amplo e irrestrito. Desse modo, é ato de resistência lutar por uma educação pautada nos direitos humanos. E cada vez que um professor participa de formação continuada ele tem a oportunidade de entender e ampliar os conhecimentos sobre temáticas diversas e ter mais condições de incluir a todos, cumprindo, assim, seu papel de agente de mudança social.

Diante do exposto, a formação continuada proporcionada através da parceria Detran/DF e Eape é muito profícua, pois traz à tona discussão atual e que tem o potencial de salvar vidas via educação para o trânsito, por meio de um trabalho de intervenção pedagógica em escolas que atendem ao público da educação básica. O curso do Detran auxilia sobremaneira ao possibilitar aumento dos conhecimentos dos docentes sobre a temática, discussão teórico-prática baseada em dados estatísticos, acesso a material diversificado e de qualidade, tanto para a estudo, quanto para a intervenção junto aos estudantes. ■

### Notas

<sup>1</sup> O Programa Detran nas Escolas visa implantar a Educação para o Trânsito na rede pública de ensino, de maneira constante, no Projeto Político Pedagógico das escolas, por meio da capacitação de profissionais de magistério da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, e da distribuição de material de apoio didático com a temática trânsito para os estudantes da Educação Básica e, também, nas modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Profissional. Disponível em <https://ead.detran.df.gov.br/mod/resource/view.php?id=1681>. Acesso: 20 de Julho de 2019.

<sup>2</sup> Através do endereço <https://ead.detran.df.gov.br>

### Referências bibliográficas

- ALVES, Priscila; JUNIOR, Archimedes Azevedo Raia. Mobilidade e Acessibilidade Urbanas Sustentáveis: A gestão da Mobilidade no Brasil. **VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2009.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: Educação Infantil. Brasília: SEEDF, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Programa Detran nas escolas**. Disponível em <https://ead.detran.df.gov.br/mod/book/view.php?id=1660&chapterid=1217>. Acesso 18 de julho de 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- HOFFMANN, M. H; FILHO, S. S. L. A educação como promotora de comportamentos socialmente significativos no trânsito. In: HOFFMANN, M. H; CRUZ, J. C. A; CRUZ, R. M. **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 105-116.
- LONGAREZI, A. M.; PUENTES, R. V. (Org.) **Ensino desenvolvimental: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos**, Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2013.
- MOREIRA, G. M; MANRIQUE, A. L.. Educação Inclusiva: Representações Sociais de professores que ensinam Matemática. **Poiesis Pedagógica**, v.12, p.127-149, 2014.
- PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil repercussões no campo educacional**. 2010. 284 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2010.
- SILVEIRA, R. M. G. Educação em Direitos Humanos e Currículo. In: FERREIRA, F. G.; MELO, V. L. B; FLORES, E. C. (Org). Educação em Direitos Humanos e Educação para os Direitos Humanos. Editora Universitária da UFPB, p. 81-94, 2014.
- VIEIRA, L. B.; MOREIRA, G. E. Direitos Humanos e Educação: o professor de matemática como agente sociocultural e político. **Revista de Educação Matemática**, v. 15, p. 548-564, 2018.
- VIGOTSKI, L. S. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Tradução de Lydia Kuper. Obras Escogidas. Madrid: Visor, 1995, v. III.